

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE



Contadores, Auditores e Peritos

Maringá, 12 de março de 2018.
Parecer nº 04/2018

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização.
São Paulo - SP

Prezados Senhores:

Passamos a V. Sas., nosso Relatório sobre as Demonstrações Contábeis, relativo ao exercício findo em 31/12/2017.

Permanecendo ao inteiro dispor de V. Sas. Para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários, subscrevemo-nos

DT Leite Contadores Auditores e Peritos – ME
CRC/PR 008266/O-2
Daniel Teixeira Leite
Responsável Técnico
CRC/PR 057739-9

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com

1



Contadores, Auditores e Peritos

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDETES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS DA
COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2017

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com

2



Contadores, Auditores e Peritos

SUMÁRIO

PARTE I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	7
1.1 ATIVO CIRCULANTE.....	23
1.1.1 DISPONIVEL	23
1.1.1.1 CAIXA	23
1.1.1.2 BANCOS CONTAS MOVIMENTO / VINCULADA.....	23
1.1.1.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	24
1.1.1.4 TRIBUTOS A COMPENSAR.....	24
2 PASSIVO.....	24
2.1 PASSIVO CIRCULANTE.....	24
2.1.1 FORNECEDORES	24
2.1.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS	25
2.1.3 PATRIMONIO LIQUIDO	25
PARTE II - CONTROLES INTERNOS.....	26
FOLHA DE PAGAMENTO	26
ASPECTOS FISCAIS.....	26

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com

3



Contadores, Auditores e Peritos

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis Nº 04/18

São Paulo/SP

12 de março de 2018.

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com

4



Contadores, Auditores e Peritos

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



Contadores, Auditores e Peritos

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



Contadores, Auditores e Peritos

PARTE I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em unidades de Reais – R\$)

ATIVO

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		190.679	828.696
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-
Outros Créditos	5	181.064	785.900
Despesas do Exercício Seguinte		9.614	42.796
Total do ativo		190.679	828.696

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



Contadores, Auditores e Peritos

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em unidades de Reais – R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		4.856	130.872
Fornecedores		4.803	6.582
Obrigações Tributárias	6	53	570
Obrigações Trabalhistas e Sociais		-	123.720
Patrimônio Líquido	8	185.823	698.021
Capital social		4.550.000	4.550.000
Prejuízos do Exercício		(510.519)	(1.415.652)
Prejuízos Acumulados		(3.851.721)	(2.436.069)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(1.937)	(258)
Total do passivo e do patrimônio líquido		190.679	828.893

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em unidades de Reais – R\$)

	31/12/2017	31/12/2016
Administrativas	(550.462)	(1.491.519)
Despesa com Pessoal	(486.516)	(1.373.083)
Despesas gerais	(66.076)	(85.337)
Encargos sociais e obrigações	17.087	(22.283)
Tributárias	(14.957)	(10.816)
Financeiras	39.943	75.631
Despesas financeiras	69	(877)
Receitas financeiras	39.874	76.508
Outras Receitas	-	235
(=) Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(510.519)	(1.415.652)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
(=) Prejuízo líquido do exercício	(510.519)	(1.415.652)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em unidades de Reais – R\$)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2016	3.100.000	(2.436.069)	663.931
Aumento de Capital	1.450.000	-	1.450.000,00
Prejuízo do Exercício	-	(1.415.652)	(1.415.652)
Ajuste exercício anterior	-	(258)	(258)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	4.550.000	(3.851.979)	698.021
Saldos em 01 de Janeiro de 2017	4.550.000	(3.851.979)	698.021
Aumento de Capital	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	(510.519)	(510.519)
Ajuste exercício anterior	-	(1.679)	(1.679)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	4.550.000	(4.364.177)	185.823

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em unidades de Reais – R\$)

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(510.519)	(1.415.652)
Ajustes dos Exercícios Anteriores	(1.679)	(258)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Integralização de capital	-	1.450.000
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Aumento) diminuição em Outros Créditos	33.379	31.007
Aumento (diminuição) em obrigações Tributárias	(517)	(255)
Aumento (diminuição) em obrigações Trabalhistas e Sociais	(123.720)	56.023
Aumento (diminuição) em Fornecedores	(1.780)	5.100
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(92.637)	91.875
(=) Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	(604.835)	125.965
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	785.900	659.934
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	181.064	785.900
(=) Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	(604.835)	125.965

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em unidades de reais – R\$).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE dotada de personalidade jurídica de direito privado e integrante da administração indireta do Município de São Paulo, constituída sob a forma de Sociedade por ações de economia mista, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças e sua constituição foi autorizada pela Lei Municipal 15.406, de 8 de julho de 2011, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 27 de setembro de 2011.

A SP Securitização tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, a que se refere o artigo 32 da Lei Municipal 15.406, de 8 de julho de 2011.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas de forma condizente e espontaneamente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras.

- Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu valor justo e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima.
- Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são:

• **Moeda estrangeira:** No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações referenciadas em moeda estrangeira.

• **Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício.

• Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) contas a pagar e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Contas a pagar e recebíveis

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• **Passivos financeiros não derivativos**
Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações - quando for o caso - são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

- Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

A Companhia não possui itens de imobilizado passíveis de reconhecimento e mensuração, porém, eventualmente, caso a Companhia possua itens do imobilizado, a política inicial a ser adotada será a mensuração pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

O software, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, será capitalizado como parte daquele equipamento.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



Caso haja partes de um item do imobilizado de diferentes vidas úteis, o tratamento a ser adotado será o registro como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado serão apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação será calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes, sem terem sofrido quaisquer alterações:

Imóveis em uso edificações	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de comunicação	5 anos
Sistemas de processamento de dados	5 anos
Sistemas de transporte	5 anos
Outros componentes	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ativos não financeiros

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

- Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

- Apuração do resultado

A Companhia está em fase pré-operacional, portanto a receita operacional apresentada constitui apenas o resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários.

A despesa operacional é formada por despesas administrativas com pessoal e demais necessárias para o funcionamento da Companhia.

- Imposto de renda e contribuição social

A Companhia não apresentou lucro passível de tributação, porém o Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes deverão ser calculadas com base na legislação tributária vigentes nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000,00 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



• **Determinação do valor justo**

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para estabelecer qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

4. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bancos	-	-
Aplicações Financeiras (*)	180.917	785.900
Totais	180.917	785.900

(*) fundo de investimento BB Milênio 32 FI RF.

As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador.

5. **OUTROS CRÉDITOS**

descrição	31/12/2017	31/12/2016
IRRF - Aplicacoes Financeiras	-	-
Saldo Negativo IRPJ 2014	-	18.422
Saldo Negativo IRPJ 2015	-	12.963
Saldo Negativo IRPJ 2016	-	11.411
Saldo Negativo IRPJ 2017	9.614	-
Total	9.614	42.796

O total de tributos a compensar compreende R\$ 9.614,34, sendo este oriundo de Imposto de Renda s/aplicação financeira no exercício vigente, compondo posteriormente o Saldo Negativo de IRPJ em 2017.

6. **OUTRAS OBRIGAÇÕES E CONTINGÊNCIAS**

Fornecedores

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com

17



Refere-se a despesas a pagar a empresa terceirizada, contratada para efetuar os registros contábeis da Companhia, bem como outros serviços prestados adquiridos no curso normal das atividades.

descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	4.803	6.582
Total	4.803	6.582

Obrigações Tributárias

Refere-se a responsabilidade por recolhimento de impostos e contribuições retidos na fonte pelo pagamento a outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços de natureza profissional, contribuições descontadas dos salários de funcionários, e impostos retidos s/ receita de aplicação financeira.

descrição	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição Sindical	-	-
CSLL, PIS e COFINS na fonte a recolher	-	73
IRRF s/ pessoa jurídica a recolher	-	24
Pis a pagar	13	66
Cofins a pagar	40	407
Total	53	570

Obrigações Trabalhistas e Sociais

Correspondem a INSS, FGTS e IRRF sobre salários a recolher. A Companhia remunera mensalmente os funcionários, e provisiona os valores relativos a Férias e 13º Salários bem seus reflexos de INSS e FGTS.

descrição	31/12/2017	31/12/2016
FGTS a recolher	-	4.745
IRRF s/ salários a recolher	-	14.593
INSS a recolher	-	21.077
Provisão parta Férias	-	61.845
Inss s/Provisão para Férias	-	16.513
FGTS s/Provisão para Férias	-	4.948
Total	-	123.720

Passivos contingentes

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com

18



Não há litígio em andamento ou riscos que necessitem de provisão ou divulgação contábil, requerida de acordo com o CPC 25.

7. **OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Controlador

A Companhia tem em seu bloco de controle a Prefeitura do Município de São Paulo que possui a maioria do capital votante, estimada em 77,80%, ficando as demais ações com a Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA que possui 22,20%.

A Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da SP Securitização acumulam a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da SPDA também vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda.

A Companhia é administrada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgão este de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia.

8. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 4.550.000 em moeda corrente nacional, representado por 4.550.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.

É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

b) Prejuízo do Exercício

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com

19



A SPSEC apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 510.519,31

c) Prejuízos Acumulados

A SPSEC possui prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$ 4.362.240,59.

d) Ajuste de exercícios anteriores

A SPSEC realizou um ajuste referente a exercícios anteriores a 2017 no valor de R\$ 1.678,93, relativo a apropriação e reconhecimento de ativo de imposto a recuperar sendo R\$ 1.012,37 do saldo negativo de IRPJ 2014 e R\$ 666,56 do saldo negativo de IPRJ 2015

e) Reserva legal

Deverá ser constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Companhia não registrou lucro líquido, desta forma, não constituiu reserva legal.

f) Dividendos

O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei.

Em razão do prejuízo do exercício, a Administração não distribuirá dividendos.

9. **RESULTADO FINANCEIRO**

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com

20



O Resultado Financeiro da Companhia é composto da seguinte forma:

descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendimentos de Aplicação Financeira	39.874	76.508
Outras Receitas	-	235
Total de receitas financeiras	39.874	76.743
Despesas Financeiras	69	(877)
Total Despesas Financeiras	69	(877)
Resultado Financeiro Líquido	39.943	75.866

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em caso de lucro tributável, a Companhia provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social, obedecendo ao regime de competência mensalmente.

A provisão para o imposto é calculada à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10%, o que exceder a R\$ 20.000/mês sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente.

A provisão para a contribuição social é calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente.

Em razão da apuração de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, não houve reconhecimento de despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2015 e 2016.

A seguir, demonstrativo do cálculo do prejuízo fiscal de janeiro a dezembro de 2017:



composição da despesa de IRPJ e CSLL	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(510.591)	(1.415.652)
(+) Adições	-	-
(-) Exclusões	-	-
Base de cálculo	(510.591)	(1.415.652)
Provisão para o imposto de renda (corrente)	-	-
Provisão para a contribuição social (corrente)	-	-

11. HONORÁRIOS DE ADMINISTRADORES E SALÁRIOS

descrição	31/12/2017	31/12/2016
Honorários de Conselho de Administração	96.000	282.000
Encargos sociais proporcionais - Conselho Adm	21.600	63.450
Honorários de Conselho Fiscal	36.000	108.000
Encargos sociais proporcionais - Conselho Fiscal	8.100	24.300
Total	161.700	477.750

12. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste, única e exclusivamente, em securitizar Direitos Creditórios, do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), do Município de São Paulo, por meio de Contrato de Cessão, em contrapartida da emissão de Debêntures para captação de recursos no mercado aberto, sendo este o único segmento de negócio da Companhia.



1 ATIVO

1.1 ATIVO CIRCULANTE

1.1.1 DISPONIVEL

1.1.1.1 CAIXA

A supracitada conta encerrou em 31/12/2017 com sado contábil de R\$ 146,95. Examinamos o mês de dezembro e verificamos a documentação suporte da movimentação do caixa, realizamos o somatório encontrando consistência nos registros e nos saldos contábeis, também realizamos a contagem física do caixa no dia 09/03/2018 às 09h03min na sede da auditada constatando o saldo registrado no relatório financeiro.

1.1.1.2 BANCOS CONTAS MOVIMENTO / VINCULADA

Esta conta encerrou em 31/12/2017 com saldo contábil de R\$ 0,00, cotejamos por amostragem os extratos bancários com os registros contábeis de alguns meses, não identificamos irregularidades. Oficializamos os bancos a fim de obter a confirmação do saldo findo em 31/12/2017, encontramos na resposta de circularização do Banco do Brasil uma conta corrente recente sem movimentação não inclusa no balancete.

Recomendamos
Que empresa insira no balanço a Conta Corrente número 18.872-7 conforme resposta do Banco do Brasil, esta conta encontra-se ativa desde julho/2017, porém nunca houve movimento, foi aberta para o recebimento dos repasses da parcela do fluxo de pagamentos oriundo do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI a ser securitizada, quando da efetivação da operação a qual ainda não ocorreu.



1.1.1.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

No quadro a seguir, demonstramos a composição do saldo desta rubrica em 31/12/2017:

Valores em R\$		
Conta	Saldo Contábil em 31/12/2017	Saldo Bancário em 31/12/2017
Banco do Brasil S/A	180.917,22	180.917,22
Total:	180.917,22	180.917,22

Fonte: Balancetes contábeis mensais e Extratos bancários.

Cotejamos os extratos bancários em nome da entidade com os registros contábeis e encontramos fidedignidade nos saldos contábeis apresentados no período. Oficializamos os bancos a fim de obter a confirmação do saldo findo em 31/12/2017 obtendo sua confirmação e não encontrando divergências.

1.1.1.4 TRIBUTOS A COMPENSAR

A supracitada conta encerrou em 31/12/2017 com sado contábil de R\$ 9.614,34 referente a IRRF – aplicações financeiras. Verificamos os extratos de janeiro a dezembro de 2017 e compomos o saldo do imposto sem encontrar divergências.

2 PASSIVO

2.1 PASSIVO CIRCULANTE

2.1.1 FORNECEDORES

O supracitado grupo apresenta saldo contábil de R\$ 4.802,86 em 31/12/2017. Seleccionamos para nossos testes o único fornecedor, verificamos a nota fiscal, contrato e liquidação subsequente não sendo encontrado qualquer irregularidade.



Valores em R\$		
CONTAS	SALDO EXTRACONTÁBIL EM 31/12/2016	SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2016
RHPAY CONTADORES ASSOCIADOS SS –EPP	4.802,86	4.802,86
Total:	4.802,86	4.802,86

Fonte: Balancete contábil de dez/2017 e conciliações

2.1.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS

O saldo contábil deste grupo em 31/12/2017 é de R\$ 52,91 referente PIS e COFINS A PAGAR, procedemos os testes de cálculos bem como a documentação que suporta os registros, as guias e comprovantes de pagamento e não encontrando irregularidades.

2.1.3 PATRIMONIO LIQUIDO

Verificamos que no período auditado não houve movimentações significativas, exceto a transferência do Resultado para Patrimônio Líquido. Verificamos o capital no estatuto de janeiro de 2017, fornecido contatamos que o estatuto disponibilizado esta desatualizado, o saldo de 2016 é igual ao de 2017.

Recomendamos
Que a auditada atualize o estatuto de acordo com a atual situação patrimonial.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



PARTE II - CONTROLES INTERNOS

FOLHA DE PAGAMENTO

Verificamos que a empresa desligou todos os seus funcionários entre abril e junho de 2017, sendo que os atuais colaboradores são remunerados pela SPDA (Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos) que no ato da contratação já tomam ciência que poderão desempenhar suas funções SP SECURITIZAÇÃO.

Verificamos que último CAGED foi entregue em junho de 2017, quando do desligamento do último colaborador registrado pela empresa.

Verificamos que a auditada com base no parecer PGM/CGC Nº 2877813 PGM/CGC – PGM/Coordenadoria Geral do Trabalho da Secretaria Municipal de Justiça da Prefeitura de são Paulo não efetuou o pagamento de multa de 40% sobre o saldo do FGTS dos empregados que foram demitidos, todavia alertamos que o parecer diverge da atual legislação vigente, a saber o Art. 18 § 1º da Lei 8.036/1990, como se trata de matéria de direito não opinamos sobre o referido ato.

ASPECTOS FISCAIS

2.1 – CNPJ:
Verificamos que nos registros da Receita Federal, no documento comprovante de inscrição e situação cadastral o endereço está correto Viaduto do CHA 15, nº 15º andar 12º sala 01.

2.2 - CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO:
Onde não contam processo (s) e/ou procedimento (s) distribuído (s) até a presente data e hora, contra COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO certidão sob o número Nº 2018.0000665346.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com

2.3- CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – CRF:
Certificação Número: 2018022417512510274213
Validade: 24/02/2018 a 25/03/2018
Data de emissão: 05/03/2018,
Situação: Regular.

2.4- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO:
Emitida às 16:11:22 do dia 04/12/2017
Válidade: 02/06/2018.
Código de controle da certidão: 28DF.8212.3902.8687
Situação: Regular.

2.5- CERTIDÃO CONJUNTA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS:
Liberação: 05/02/2018
Válidade: 04/04/2018.
Certidão: 0059293 - 2018
Situação: Regular.

2.6- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS:
Certidão nº: 139523484/2017
Expedição: 01/11/2017, às 14:44:02
Validade: 29/04/2018 - 180
Situação: Regular.

2.7- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS INSCRITOS ATIVA CND – DA:
Certidão nº: 3149.AF10. 8311.F240
Expedição: 05/02/2018
Validade: 03 (três) meses contados da data de sua emissão.
Situação: Regular.

2.8- CERTIDÃO SOBRE TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS:
Certidão nº: 20171013.14693925000170.017002
Expedição: 01/11/2017
Validade: de 6 (seis) meses a partir da data de sua liberação com base na Portaria SF n. º 04 de 5 de janeiro de 2012.
Situação: Regular

2.9CERTIDÃO CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL – CADIN:
Certidão nº: 2018-0305-0288-1369
Expedição: 05/03/2018
Situação: Regular.

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



PARTE III – CONCLUSÃO

Nossos trabalhos foram planejados e executados de forma a obter suporte para certificar a consistência e adequação dos saldos contábeis apresentados nos balancetes, cumprimento de normas e procedimentos internos, formalidades e eficiência nos controles da documentação comprobatória. E foram consubstanciados nas Normas Brasileiras de Contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e legislação vigente, em especial a Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

Nossos testes foram realizados por amostragem, limitado ao nosso escopo de trabalho.

Os exames de auditoria foram conduzidos por amostragem e de acordo com as normas. Procedimentos e Práticas adotadas no Brasil. O resultado de nosso trabalho demonstrou uma situação satisfatória de gerenciamento das contas contábeis, bem como constatamos que os controle internos adotados pela empresa são satisfatórios.

DT Leite Contadores Auditores e Peritos – ME
CRC/PR 008266/O-2
Daniel Teixeira Leite
Responsável Técnico
CRC/PR 057739-9

Avenida das Torres, 734, Térreo, Jardim Campo Belo, Maringá/PR
Fone: (44) 3052-0607 e-mail: dtleite@dtleite.com



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Conselho Fiscal da Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa, complementadas pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nas análises realizadas, no parecer emitido pela auditoria independente, DT LEITE CONTADORES, AUDITORES E PERITOS – ME, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria Administrativa Financeira, este Conselho entende que as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em seus aspectos relevantes e recomendam a sua aprovação pelos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 26 de março de 2018

MARCELO SOARES DE SOUZA
Presidente do Conselho

ALCIDES FAGOTTI JÚNIOR
Conselheiro

NORBERTO ANTONIO BATISTA
Conselheiro

COMPANHIA PAULISTANA DE SEGURITIZAÇÃO - SP SECURITIZAÇÃO				
Balança Patrimonial				
Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016				
(Em reais)				
Ativo	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016	
Circulante		190.679	828.893	
Caixa e equivalentes de caixa	4	181.064	785.900	
Outros Créditos	5	9.614	42.796	
Despesas do Exercício Seguinte		-	197	
Total do ativo		190.679	828.893	
Passivo e Patrimônio Líquido		4.856	130.872	
Circulante		4.856	130.872	
Fornecedores		4.803	6.582	
Obrigações Tributárias	6	53	570	
Obrigações Trabalhistas e Sociais		-	123.720	
Patrimônio Líquido	8	165.823	698.021	
Capital social		4.550.000	4.550.000	
Prejuízos do Exercício		(510.519)	(1.415.652)	
Prejuízos Acumulados		(3.851.721)	(2.436.069)	
Ajustes de Exercícios Anteriores		(1.937)	(258)	
Total do passivo e do patrimônio líquido		190.679	828.893	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETOR
CAIO AUGUSTO DE OLIVEIRA CASELLA
CPF: 293.779.738-56

CONTADOR RESPONSÁVEL
RENATO VIEIRA PITA
CRC 1SP 215.876/O-8

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO - SP SECURITIZAÇÃO

Demonstração de resultado

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

(Em reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Administrativas	(550.463)	(1.491.518)
Despesa com Pessoal	(486.516)	(1.373.083)
Despesas gerais	(66.076)	(85.337)
Encargos sociais e obrigações	17.087	(22.283)
Tributárias	(14.957)	(10.816)
	-	-
Financeiras	39.943	75.631
Despesas financeiras	69	(877)
Receitas financeiras	39.874	76.508
	-	235
(=) Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(510.519)	(1.415.652)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
(=) Prejuízo líquido do exercício	(510.519)	(1.415.652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETOR
CAIO AUGUSTO DE OLIVEIRA CASELLA
CPF: 293.779.738-56

CONTADOR RESPONSÁVEL
RENATO VIEIRA PITA
CRC 1SP 215.876/O-8

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO - SP SECURITIZAÇÃO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

(Em reais)

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
	3.100.000	(2.436.069)	663.931
Saldos em 01 de Janeiro de 2016			
Aumento de Capital	1.450.000	-	1.450.000,00
Prejuízo do Exercício	-	(1.415.652)	(1.415.652)
Ajuste exercício anterior	-	(258)	(258)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	4.550.000	(3.851.979)	698.021
Saldos em 01 de Janeiro de 2017	4.550.000	(3.851.979)	698.021
Aumento de Capital	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	(510.519)	(510.519)
Ajuste exercício anterior	-	(1.679)	(1.679)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	4.550.000	(4.364.177)	185.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETOR
CAIO AUGUSTO DE OLIVEIRA CASELLA
CPF: 293.779.738-56

CONTADOR RESPONSÁVEL
RENATO VIEIRA PITA
CRC 1SP 215.876/O-8

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO - SP SECURITIZAÇÃO

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

(Em reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(510.519)	(1.415.652)
Ajustes dos Exercícios Anteriores	(1.679)	(258)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Integralização de capital	-	1.450.000
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Aumento) diminuição em Outros Créditos	33.379	31.007
Aumento (diminuição) em obrigações Tributárias	(517)	(255)
Aumento (diminuição) em obrigações Trabalhistas e Sociais	(123.720)	56.023
Aumento (diminuição) em Fornecedores	(1.780)	5.100
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(92.637)	91.875
(=) Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	(604.835)	125.965
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	785.900	659.934
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	181.064	785.900
(=) Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	(604.835)	125.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETOR
CAIO AUGUSTO DE OLIVEIRA CASELLA
CPE: 293.779.738-56

CONTADOR RESPONSÁVEL
RENATO VIEIRA PITA
CRC 1SP 215.876/O-8

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE dotada de personalidade jurídica de direito privado e integrante da administração indireta do Município de São Paulo, constituída sob a forma de Sociedade por ações de economia mista, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças e sua constituição foi autorizada pela Lei Municipal 15.406, de 8 de julho de 2011, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 27 de setembro de 2011.

A SP Securitização tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, a que se refere o artigo 32 da Lei Municipal 15.406, de 8 de julho de 2011.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas de forma condizente e espontaneamente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras.

- Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu valor justo e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima.
- Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Valores expressos em reais)

necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial.

A aprovação para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 15 de março de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são:

- **Moeda estrangeira:** No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações referenciadas em moeda estrangeira.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício.
- **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) contas a pagar e recebíveis.
- **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Valores expressos em reais)

resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- **Contas a pagar e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

- **Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações - quando for o caso - são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.
- **Imobilizado:**

Reconhecimento e mensuração: A Companhia não possui itens de imobilizado passíveis de reconhecimento e mensuração, porém, eventualmente, caso a Companhia possua itens do imobilizado, a política inicial a ser adotada será a mensuração pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

O software, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, será capitalizado como parte daquele equipamento.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Administração da Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas e ao público em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia teve sua criação autorizada pela Lei Municipal nº 15.406, de 8 de julho de 2011 (“Lei Autorizativa”), tendo sido constituída no dia 15 de agosto de 2011, pela Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária, e pela Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA.

A Companhia é uma sociedade integrante da administração indireta do Município de São Paulo, sob a forma de sociedade por ações, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda, cujo objeto social é a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, com lastro nos referidos direitos creditórios.

I. Resultado financeiro do exercício

A receita total alcançada pela Companhia em 2017 foi de R\$ 39.874,42, referente aos rendimentos das aplicações financeiras em fundo de renda fixa.

1

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Valores expressos em reais)

Caso haja partes de um item do imobilizado de diferentes vidas úteis, o tratamento a ser adotado será o registro como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado serão apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação: A depreciação será calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes, sem terem sofrido quaisquer alterações:

Imóveis em uso edificações	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de comunicação	5 anos
Sistemas de processamento de dados	5 anos
Sistemas de transporte	5 anos
Outros componentes	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- **Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ativos não financeiros: O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

- **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Valores expressos em reais)

serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

• **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

• **Apuração do resultado:** A Companhia está em fase pré-operacional, portanto a receita operacional apresentada constitui apenas o resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários. A despesa operacional é formada por despesas administrativas com pessoal e demais necessárias para o funcionamento da Companhia.

• **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia não apresentou lucro passível de tributação, porém o Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes deverão ser calculadas com base na legislação tributária vigentes nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000,00 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores.

• **Determinação do valor justo:** As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para estabelecer qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Valores expressos em reais)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bancos	-	-
Aplicações Financeiras (*)	180.917	785.900
Totais	180.917	785.900

(*) fundo de investimento BB Milênio 32 FI RF

As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador.

5. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
IRRF - Aplicacoes Financeiras	-	-
Saldo Negativo IRPJ 2014	-	18.422
Saldo Negativo IRPJ 2015	-	12.963
Saldo Negativo IRPJ 2016	-	11.411
Saldo Negativo IRPJ 2017	9.614	-
Total	9.614	42.796

O total de tributos a compensar compreende R\$ 9.614,34, sendo este oriundo de Imposto de Renda s/ Aplicação Financeira no exercício vigente, compondo posteriormente o Saldo Negativo de IRPJ em 2017.

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES E CONTINGÊNCIAS

Fornecedores: Refere-se a despesas a pagar a empresa terceirizada, contratada para efetuar os registros contábeis da Companhia, bem como outros serviços prestados ou bens adquiridos no curso normal das atividades.

descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	4.803	6.582
Total	4.803	6.582

Obrigações Tributárias: Refere-se à responsabilidade por recolhimento de impostos e contribuições retidos na fonte pelo pagamento a outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços de natureza profissional, contribuições descontadas dos salários de funcionários, e impostos retidos s/ receita de aplicação financeira.

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Valores expressos em reais)

descrição	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição Sindical	-	-
CSLL, PIS e COFINS na fonte a recolher	-	73
IRRF s/ pessoa jurídica a recolher	-	24
Pis a pagar	13	66
Cofins a pagar	40	407
Total	53	570

Obrigações Trabalhistas e Sociais: Correspondem a INSS, FGTS e IRRF sobre salários a recolher. Quando tinha funcionários contratados em seus quadros, a Companhia remunerava mensalmente estes funcionários, e provisionava os valores relativos a Férias e 13º Salários bem seus reflexos de INSS e FGTS.

descrição	31/12/2017	31/12/2016
FGTS a recolher	-	4.745
IRRF s/ salários a recolher	-	14.593
INSS a recolher	-	21.077
Provisão parta Férias	-	61.845
Inss s/Provisão para Férias	-	16.513
FGTS s/Provisão para Férias	-	4.948
Total	-	123.720

Passivos contingentes: Não há litígio em andamento ou riscos que necessitem de provisão ou divulgação contábil, requerida de acordo com o CPC 25.

7. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controlador: A Companhia tem em seu bloco de controle a Prefeitura do Município de São Paulo que possui a maioria do capital votante, estimada em 77,80%, ficando as demais ações com a Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA que possui 22,20%.

A Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da SP Securitização acumulam a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da SPDA também vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda.

A Companhia é administrada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgão este de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Valores expressos em reais)

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 4.550.000 em moeda corrente nacional, representado por 4.550.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

b) Prejuízo do Exercício: A SPSEC apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 510.519,31

c) Prejuízos Acumulados: A SPSEC possui prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$ 4.362.240,59.

d) Ajuste de exercícios anteriores: A SPSEC realizou um ajuste referente a exercícios anteriores a 2017 no valor de R\$ 1.678,93, relativo a apropriação e reconhecimento de ativo de imposto a recuperar sendo R\$ 1.012,37 do saldo negativo de IRPJ 2014 e R\$ 666,56 do saldo negativo de IPRJ 2015

e) Reserva legal: Deverá ser constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia não registrou lucro líquido, desta forma, não constituiu reserva legal.

f) Dividendos: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. Em razão do prejuízo do exercício, a Administração não distribuirá dividendos.

9. RESULTADO FINANCEIRO

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Valores expressos em reais)

O Resultado Financeiro da Companhia é composto da seguinte forma:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendimentos de Aplicação Financeira	39.874	76.508
Outras Receitas	-	235
Total de receitas financeiras	39.874	76.743
Despesas Financeiras	69	(877)
Total Despesas Financeiras	69	(877)
Resultado Financeiro Líquido	39.943	75.866

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em caso de lucro tributável, a Companhia provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social, obedecendo ao regime de competência mensalmente.

A provisão para o imposto é calculada à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10%, o que exceder a R\$ 20.000/mês sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente.

A provisão para a contribuição social é calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente.

Em razão da apuração de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, não houve reconhecimento de despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2015 e 2016.

A seguir, demonstrativo do cálculo do prejuízo fiscal de janeiro a dezembro de 2017:

Composição da despesa de IRPJ e CSLL	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(510.591)	(1.415.652)
(+) Adições	-	-
(-) Exclusões	-	-
Base de cálculo	(510.591)	(1.415.652)
Provisão para o imposto de renda (corrente)	-	-
Provisão para a contribuição social (corrente)	-	-

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Valores expressos em reais)

11. HONORÁRIOS DE ADMINISTRADORES E SALÁRIOS

descrição	31/12/2017	31/12/2016
Honorários de Conselho de Administração	96.000	282.000
Encargos sociais proporcionais - Conselho Adm	21.600	63.450
Honorários de Conselho Fiscal	36.000	108.000
Encargos sociais proporcionais - Conselho Fiscal	8.100	24.300
Total	161.700	477.750

12. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste, única e exclusivamente, em securitizar Direitos Creditórios, do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), do Município de São Paulo, por meio de Contrato de Cessão, em contrapartida da emissão de Debêntures para captação de recursos no mercado aberto, sendo este o único segmento de negócio da Companhia.

Diretor	Contador
Caio A. de Oliveira Casella	Renato Vieira Pita
CPF nº 293.779.738-56	CRC 1SP 215.876/O-8



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Administração da Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas e ao público em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia teve sua criação autorizada pela Lei Municipal nº 15.406, de 8 de julho de 2011 (“Lei Autorizativa”), tendo sido constituída no dia 15 de agosto de 2011, pela Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária, e pela Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA.

A Companhia é uma sociedade integrante da administração indireta do Município de São Paulo, sob a forma de sociedade por ações, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda, cujo objeto social é a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, com lastro nos referidos direitos creditórios.

I. Resultado financeiro do exercício

A receita total alcançada pela Companhia em 2017 foi de R\$ 39.874,42, referente aos rendimentos das aplicações financeiras em fundo de renda fixa.

1



Do lado das despesas, a SP Securitização mantinha um termo de cooperação com a Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA. Por meio desse termo, viabilizou-se a prestação de serviços para a SPDA de funcionários contratados pela SP Securitização em troca da utilização da estrutura física que era suportada pela SPDA e utilizada pela SP Securitização. A partir de junho de 2017, a SPDA foi autorizada a contratar pessoal próprio. Com isso houve a demissão dos funcionários da SP Securitização, diminuindo as despesas da companhia.

Isto posto, a administração da Companhia anuncia o prejuízo de R\$ 510.519,31 em 2017.

II. Perspectivas

Para 2017, a administração da Companhia pretende concluir a operação de securitização do PPI. A implementação dessa operação propiciará a transição da Companhia da fase pré-operacional para operacional.

Para isso, como a Companhia já conta com a autorização do Tribunal de Contas do Município – TCM para a realização do processo licitatório para a contratação de prestação de serviços técnicos especializados de assessoria financeira para a estruturação, registro e distribuição pública junto ao mercado de capitais, de debêntures com garantia real, que terão como garantia o fluxo financeiro oriundo do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, e estruturação, registro e distribuição pública ou privada de debêntures subordinadas, é necessária a manutenção da autorização da acionista majoritária da Companhia para o prosseguimento da Operação.

Por outro lado, aguarda-se, a tramitação no Congresso Nacional do PLS 204/2016, convertido no PLP 456/2017, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, permitindo, mediante autorização legislativa, a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos

2



administrativos ou judiciais, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado. Esse projeto de lei descaracteriza legalmente as securitizações dos ativos nele previstos como operações de crédito, evitando-se as restrições desse tipo de operação, bem como trazendo conforto ao investidor em sua estruturação.

Em 13/12/2016, foi levada à votação no plenário do Senado Federal a preferência pelo substitutivo ao projeto de lei, que endereçava, entre outros assuntos, o regime tributário ao qual a operação deveria se enquadrar, reduzindo consideravelmente o seu custo. O projeto aprovado no Senado, entretanto, não trata das soluções tributárias esperadas, o que apenas poderá ser feito por meio de alguma emenda durante sua tramitação na Câmara dos Deputados, ou por meio da proposição de nova lei. Paralelamente, a respeito do tema, a Companhia aguarda a tramitação de consulta feita à Receita Federal quanto ao enquadramento tributário da operação, a fim de se esclarecer a possibilidade de enquadramento em alíquotas favoráveis que não representem ônus excessivo (o que poderia motivar a desistência da realização da captação pretendida).

Deve restar claro que a operação de securitização necessita de uma ampla cooperação entre a SP Securitização, a PMSP e os assessores contratados pela primeira. O processo de arrecadação do fluxo do PPI deverá ser auditado e adaptado para a transferência de recursos entre a PMSP, a SP Securitização e debenturistas. Portanto, o sucesso da operação necessitará de um esforço conjunto de todos os agentes envolvidos.

A administração pretende tomar as providências necessárias para o registro da SP Securitização na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, como emissora de valores mobiliários admitidos à negociação (Categoria B), caso seja possível o prosseguimento da operação. A justificativa do referido registro está relacionada (i) ao fato de que uma das alternativas para a realização de ofertas públicas de distribuição, mediante a sua realização nos termos da Instrução CVM nº 400, de 2003, é permitida somente aos emissores registrados na CVM; (ii) ao fato de que, ainda que se opte pela realização de distribuição pública com esforços restritos, deve-se destacar que investidores relevantes, como alguns fundos de investimento e fundos de pensão, possuem limitações ou até mesmo vedações para a aquisição de



debêntures emitidas por sociedades por ações não registradas junto à CVM; (iii) e à visibilidade e à credibilidade conferida à distribuição de debêntures, com maior segurança ao investidor, em vista da divulgação pública de informações sobre a Companhia e a sua supervisão pela CVM.

O Relatório da Administração é parte integrante das demonstrações financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas.

Desta forma, a Companhia anuncia seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro em 2017. Os valores estão expressos em R\$ (reais) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedade por Ações.

EVITE O EXTRAVIO

- 1) Sempre que assumir a Chefia de alguma Unidade Municipal, solicite inventário de estoque do SIMPROC e confira com a situação atual da Unidade;

2) Sempre que um FUNCIONÁRIO DE ANÁLISE se desligar de uma Unidade, localizar todos os processos sob sua responsabilidade e zerar o estoque de processo deste funcionário;

3) Periodicamente, proceda a conferência física dos processos sob sua responsabilidade;

4) Detectando o desaparecimento do processo, tome imediatamente as providências descritas na Portaria 382/SGP.G/ 2002 (D.O.C.27.06.02) e Circular 005/DAF.G/2002 (D.O.C.27.06.02), seguindo o roteiro de busca a processos extraviados;

5) Verifique sempre se os processos parados (sem receber informação ou tramitação) há muito tempo, possuem justificativa para tanto. Caso contrário, encaminhe-os para quem for decidir o assunto;
- 6) Processos concluídos devem ser encaminhados para arquivamento na Seção de Encerramento de Processos (Arquivo Geral) - (SIMPROC 60 99 99 999);

7) Nunca deixe um processo sob sua responsabilidade constar “Em Trânsito” por um período superior a 10 (dez) dias;

8) Não peça a autuação de cópias ou partes de processos desaparecidos. Encaminhe-os para a C.P.P.E., para as devidas providências.
Para melhor controle, utilize os recursos do SIMPROC, tais como: Registro de Subtramitações, Registro de Cotas, Despachos, etc.

9) Os processos reconstituídos não cabe carimbo de autuação/ou fim de autuação, prevalecendo o termo de reconstituição.

Dúvidas e Esclarecimentos: 3396-7020



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
GESTÃO